

**OS ESTUDOS DE FONÉTICA/FONOLOGIA
E A PRÁTICA DE ENSINO-APRENDIZAGEM:
UM PERCURSO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO
NA SALA DE AULA**

Francis Paula Correa Duarte (UFRRJ)
fpcd79@gmail.com

Thaís de Paiva Santos (UFRRJ)
thais.pvsantos@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo uma análise e compreensão dos estudos de fonética e fonologia relacionados à prática na sala de aula em duas escolas do ensino fundamental do interior do estado do Rio de Janeiro. Para isso, traçou-se, inicialmente, um breve histórico a respeito dos estudos da fonética e da fonologia, em seguida, uma abordagem sobre sua importância, na atualidade, para o papel do educador e o respeito dos diferentes falares em nosso cotidiano. O trabalho finaliza com as considerações a respeito de uma análise sobre um modelo de exercício de um livro didático utilizado no ambiente escolar.

Palavras-chave: Fonética. Fonologia. Ensino-aprendizagem. Ensino fundamental.

1. Introdução

Inicialmente faz-se necessário analisar e compreender de que forma o uso dos conceitos de fonética e fonologia no ensino básico se mostra como um fator fundamental para o processo ensino-aprendizagem de língua materna, principalmente em domínios como a ortografia, língua e até nas relações de uso cotidiano. Ressalta-se que a ortografia se relaciona com a questão do plano fônico (fala/pronúncia) e sua representação no plano da escrita (seja ela formal ou informal) e, portanto, se questiona: O que pode ser considerado ou não erro? O que se mostra como dificuldade de percepção sonora?

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A respeito do campo de estudos fonéticos e fonológicos, traça-se um olhar quanto à evolução histórica dos conceitos e principalmente, o papel de tais análises voltadas para a compreensão da língua materna, para o trabalho em sala de aula e dessa forma, traçar um breve perfil histórico também é analisar a mudança de nossos papéis como educadores, ou seja, fazendo-se necessário aprofundar a relação uso/prática entre os profissionais da área.

No ensino básico, será buscada uma orientação para que contextos sejam reconhecidos e que determinadas particularidades da linguagem, tais como regionalismo, sejam analisadas em determinados contextos de uso, coloquialismo e padrões formais, de forma que não seja estereotipado entre um falar superior ou não, mas sim, diferentes falares e situações.

Dessa forma, será apresentado inicialmente um perfil histórico da fonética e da fonologia, o papel do professor frente às transformações de tais conceitos e usos em sala de aula, seguido de uma análise de exercício de um livro didático para tecer as considerações finais. Essas propostas, mais do que “receitas prontas” ou “instruções de uso”, pretendem constituir um ponto de partida para que se reflita acerca da aplicabilidade de tais conceitos e estudos ao ensino da língua materna, sobretudo no ensino fundamental, e, assim, procurar desfazer possíveis resistências no âmbito educacional.

Como base teórica para análises, serão utilizadas leituras de autores diversos, tais como: Carlos Franchi, Celso Pedro Luft, Luiz Carlos Travaglia, Maria Helena de Moura Neves, Paulo Freire e Thaís Cristófarro Silva, de forma a dialogar com as reflexões e possíveis desdobramentos a respeito da relação ensino-aprendizagem das áreas de fonética e fonologia, sobretudo, no ensino fundamental.

2. Breve histórico

O interesse do indivíduo em compreender os sons vocais que produz vem desde a antiguidade. Como prova, temos a criação do alfabeto, uma das maneiras utilizadas para analisar o material sonoro da língua.

Durante os séculos muitos foram os povos que se dedicaram ao estudo dos sons e das representações gráficas dos mesmos. Entre os séculos XII e XVII, durante a Idade Média, gregos e romanos se confundiam na distinção de som e letra, porém priorizava-se o aspecto visual da letra e esquecia-se do valor fônico da mesma. Somente no século XVIII sur-

gem pesquisas verdadeiramente científicas, voltadas para o campo da experimentação. Vagones (1980), na obra *A Fonética e seus Precursores*, fala sobre esse marco na história dos estudos fonéticos:

Enfim, o século XVIII conheceu muitos autores que se dedicavam cada vez mais ao estudo do som pelo som, perspectiva bem diferente da dos autores antigos que procuravam fazer, na maioria dos casos, explicações de ordem normativa, seja com preocupações litúrgicas (como os hindus), seja com fins gramaticais e retóricos (gregos, por exemplo), ou ainda com objetivos de recuperação da fala (professores de surdos, gagos etc., do século precedente).

No século XIX, na Europa, surgem os estudos fonéticos como filologia comparativa indo-europeia sem haver uma precisão no que diz respeito à definição de fonética. Realizavam-se as análises a partir de textos literários e religiosos, em que o dinamarquês Jacó Grimm, em 1822, observou correspondências sistemáticas entre os sons de palavras em diferentes línguas, resultantes de mudanças no tempo e no espaço. Tal pesquisa ficou conhecida como lei de Grimm.

O primeiro estudo pautado na fala ocorre em 1857, quando Schleicher, após morar um tempo entre camponeses da Lituânia, descreve a oralidade do falar desse povo por meio de um método comparativo, seguindo assim, as leis fonéticas formuladas pelos estudiosos comparatistas.

O linguista austríaco Hugo Schuchardt, ao realizar suas pesquisas sobre pidgins e crioulos, mostra-se contrário às leis fonéticas, chamando a atenção para a imensa variedade linguística existente em uma comunidade de fala, ao observar que diferentes línguas, ao entrarem em contato, podem influenciar-se mutuamente.

Tem início em 1950 a teoria gerativista de Noam Chomsky, na qual a organização de uma gramática de uma dada língua é analisada a partir do léxico. Somente nos anos sessenta (século XX), com o enfoque da teoria estruturalista, a dialetologia e a sociolinguística, por meio de dados empíricos, comprovam que a realidade da mudança linguística estava relacionada à fonética/fonologia. É também nesse século que, com o surgimento da fonética experimental, passam a utilizar aparelhos especializados, dando ênfase à análise descritiva dos sons das línguas.

No Brasil, os estudos linguísticos tiveram início na década de 70. Entretanto, somente ao final do século XX, passaram a receber um tratamento mais aprofundado, como por exemplo, com a publicação do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), *Padrões Sociolinguís-*

ticos, organizado por Oliveira e Silva, Scherre (1996) que analisa os fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro.

3. O papel do professor de língua portuguesa frente ao ensino de fonética e fonologia

É fato que os profissionais de língua portuguesa têm, atualmente, uma formação linguística sobre os conceitos de fonética e fonologia e sua aplicabilidade, quanto às variações linguísticas, quanto aos segmentos consonantais e vocálicos, como também sobre os elementos prosódicos do falar do português brasileiro, ou seja, a descrição e a variação dos sons do falar português nas várias regiões do país, mas ainda se questiona: Frente a tais conhecimentos, como seria nossa postura em sala de aula? E ainda, o que causa o desinteresse de nossos alunos em relação ao estudo e aprendizado dessas áreas, mesmo com a diversidade linguística de nossa sociedade?

A preocupação com questões relativas ao trabalho desenvolvido pelo educador, inicialmente, deve partir de uma reflexão sobre como é trabalhada a fonética na sala de aula e sobre o uso do livro didático, sob o enfoque da diversidade de traços fônicos e prosódicos do português brasileiro e de comunidades interétnicas existentes em nossas realidades. Além disso, as marcas caracterizadas nas produções escritas mostram-se como presença de fortes traços linguísticos, associados à língua falada, ou seja, a transferência e/ou o princípio de saliência fônica nas produções escritas de alunos do ensino básico são outros pontos de importante observação e análise realizada pelo professor.

Outro ponto relevante seria o momento em que a língua falada em questão não é prestigiada socialmente, não se mostra atuante em nenhum contexto comunicativo, a não ser em determinadas comunidades de minorias étnicas ou de traços rurais. De acordo com Bortoni-Ricardo (1984, p.10), “a variedade “urbana” conserva traços dos dialetos rurais, principalmente no que concerne à simplificação do sistema flexional da língua portuguesa”.

Assim, mesmo que tais traços de transferências do oral para o escrito estejam presentes, não devem ser vistos como algo intrínseco ao texto enquanto artefato da linguística, isto é, como uma evidência possível de ser identificada por qualquer leitor, em qualquer situação, mas como um efeito que se observa, ou não, na leitura, em função do conjun-

to das práticas de letramento em que se dá a interlocução mediada pela escrita.

Sob a ótica pedagógica, ressalta-se que esse objeto de ensino pode ser compreendido como algo que a prática escolar privilegia e torna legítimo: a linguagem, a cultura e a etnia do outro sem que haja o estigma. Trata-se, então, de uma análise linguística e didática a que os docentes precisam atender e, assim, possam ser aceitas para poder analisar o diferente.

Portanto, é necessário que o professor atue junto aos traços de transferências linguísticas, iniciando pelos traços fônicos da língua materna e mostre assim, o ponto e o modo de articulação dos fonemas da língua de origem de seus descendentes e como estes se distinguem das variantes do português brasileiro, efetuando uma prática pedagógica na e pela diferença dos traços fônicos de forma efetiva e concreta.

4. Análise da abordagem fonética e fonológica em um livro didático do ensino fundamental

De acordo com Thaís Cristófaró Silva (2013), fonema é “o som de uma língua que tem valor distintivo [...] e está caracterizado como unidade fonêmica” (2013, p. 126). Para a autora, “Fonologia é a disciplina da linguística que investiga o componente sonoro das línguas naturais do ponto de vista organizacional. Determina a distribuição dos sons e contraste entre eles, com ênfase na organização dos sistemas sonoros” (2013, p. 110). Ainda de acordo com Silva, “Fonema é a unidade sonora vocálica ou consonantal que se distingue funcionalmente de outras unidades sonoras da língua. Dois sons podem ser classificados como fonemas quando estão em contraste e oposição. Ou seja, são sons diferentes em um mesmo contexto, em palavra com significados diferentes” (2013, p. 109).

Em relação à concepção da linguística, da fonética e fonologia frente às propostas apresentadas pelos livros didáticos e um processo de implementação de uma proposta de renovação do ensino da fonética em sala de aula, mostra-se importante a realização de uma análise de material utilizado no cotidiano da relação ensino-aprendizagem. Assim, escolheu-se a obra *Português Linguagens* de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, no qual o tema fonema e letra são tratados no livro do 6º ano, de forma bastante superficial e complexa.

Inicia-se o conteúdo por meio de atividades relacionadas com um anúncio. São feitas três perguntas a respeito do gênero textual e, em seguida, tem-se como ponto de partida a pronúncia de três palavras componentes do anúncio quando, sua e trabalho. O exercício pede que o aluno diga, primeiramente, quantas letras há nas palavras e, em seguida, quantos sons cada uma delas tem. Esta última questão pode gerar bastante dificuldade, já que não há nenhuma menção anterior aos dígrafos.

A proposta seguinte traz a representação dos “sons” das palavras não, infantil e sim. Sem qualquer tipo de explicação prévia são introduzidas as representações fonéticas das vogais nasalizadas e das semivogais no exercício. Um aluno de 6º ano ainda não tem maturidade linguística suficiente para compreender tal representação e, com toda certeza não compreenderá não só ela, mas também outras representações feitas posteriormente durante a sistematização do conteúdo.

No livro, fonema é definido como “a menor unidade sonora de uma palavra falada” (2012, p. 50) sendo este mencionado até então apenas como som, o que mais uma vez acaba por deixar vagas as informações necessárias aos alunos para a compreensão do conteúdo. Muitos, inclusive, acabam interpretando a questão de número de sons como sendo quantidade de sílabas.

O fato é que de nada adianta introduzir transcrições fonéticas complexas em turmas de 6º ano e fornecer informações que elas não assimilam e tampouco aplicarão a sua vida cotidiana. Deve-se sim trabalhar a questão da diversidade da pronúncia, fazer com que distingam sons e letras de modo a contribuir com a ortografia e até mesmo com dificuldades fonológicas.

É importante destacar que para muitos livros didáticos, como a obra: Português – de olho no mundo do trabalho – Editora Scipione, “a fonologia estuda os elementos fônicos que distinguem, numa mesma língua, duas mensagens de sentido diferente [...], nisto (a fonologia) se diferencia da fonética, que estuda os elementos fônicos independentemente de sua função na comunicação” (TERRA & NICOLA, 2004, p. 188). A partir dessa definição, eles dão início a um subtítulo, *Os Sons da Língua*, no qual definem o conceito de fonema, que seria “a unidade sonora mínima capaz de estabelecer distinção entre vocábulos de uma língua” (2004, p. 189). Dentro disso, ainda trabalha a representação gráfica dos fonemas, onde explica que “para representar graficamente os fonemas, contamos com uma série de sinais gráficos denominados letras. Além das

letras, foram utilizadas também notações léxicas (acentos gráficos, cedilha, til)”. (2004, p. 189)

Os autores também apontam o cuidado que deve ser tomado para não confundir fonemas com letras. A explicação apresentada é que “fonemas são fenômenos acústicos, isto é, sonoros, enquanto as letras são representações gráficas dos fonemas” (2004, p. 189). No exercício denominado “A teoria na prática”, o autor apenas delimita o conteúdo em cinco questões simples e objetivas. Já nos exercícios, pede para que sejam feitos pares distintivos, correspondência entre o número de fonemas e o de letras, identificação das palavras que apresentam semivogal, classificação silábica, classificação de fonemas entre outros.

Na realidade escolar detectamos a importância de falar a respeito dos fonemas não somente no 6º ano, fase inicial do segundo ciclo do fundamental na qual os discentes ainda possuem pouca maturidade para assimilar alguns conceitos, assim como é fundamental não tratar o assunto fonema de forma técnica e regrada, mas como algo integrado à vivência nessa série. Deve-se aprofundar o assunto nos anos finais, como por exemplo, no 9º ano, em que o entendimento do que vem a ser uma pequena unidade sonora de caráter distintivo, pode ser de fato explicado, exemplificado e esclarecido e servirá como ponte para outros assuntos que virão a ser estudados posteriormente.

5. *Considerações finais*

Conforme mencionado no decorrer da pesquisa, nosso objetivo é colaborar para a melhoria do ensino da língua portuguesa, sobretudo no que se refere à fonética e à fonologia, e, de acordo com Ferrarezi e Teles (2006), constata-se que, de modo geral, a maioria dos estudantes, sobretudo dos níveis fundamental e médio, revela falta de interesse por questões ligadas a essas áreas e, por vezes, parece não compreenderem a importância de tal aprendizado. Ou seja: o que poderia ser prazeroso e útil se torna algo maçante e monótono, prejudicando a formação de nossos alunos, sobretudo no âmbito de conhecer e valorizar a diversidade linguística existente em nosso país.

Discutiu-se, após a compreensão do percurso histórico dos estudos de fonética e fonologia, o quanto os professores de língua portuguesa enfrentam problemas para despertar o interesse de seus alunos para esse tema de estudo. Muitos foram os questionamentos que surgiram e que,

por diversas vezes, são deixados sem esclarecimentos, talvez porque ser tal estudo relegado, frequentemente, a um plano secundário, embora apareça em primeiro lugar nas gramáticas. Será que isso acontece por falta de preparo dos professores? Ou porque as abordagens se tornam tão simplificadas, por uma necessidade de adaptação aos níveis iniciais de ensino, que acabam prejudicando o conteúdo? Como utilizar o material didático frente a tais situações de conflito? Estariam de acordo com a faixa etária?

Verificou-se a necessidade de ressaltar que esse objeto de ensino deve ser entendido como sendo o que a prática escolar privilegia e legitima: a linguagem, a cultura e a etnia do outro sem que ocorram rótulos e preconceitos, sobretudo, linguísticos. Trata-se, desse modo, de uma análise linguística, didática e cultural a que os docentes precisam atender e possa ser aceita para analisar o diferente, a partir dos traços da língua em seus variados usos e situações culturais dentro e fora da escola.

Outro ponto analisado deu-se a partir de reflexões sobre o estudo da fonética e do material encontrado no livro didático de 6º e 9º ano, constatou-se que, neste campo da linguística, algumas mudanças já ocorreram, mas não se pode considerar que se constituíram, de fato, num avanço qualitativo, é preciso levar em consideração a maturidade e contextos em que se aplicam tais atividades e, sobretudo, em relação à realidade de nosso cotidiano escolar.

Portanto, o que se sugere é uma renovação interna tanto do profissional quanto do educando, que se reveja o ensino-aprendizagem da língua portuguesa nas escolas brasileiras de educação básica especialmente, ao estudo da fonética e da fonologia e mostrar o quão é necessário que aconteça não só incentivo ou apenas gosto pelas duas áreas do conhecimento anteriormente assinaladas durante as análises, mas também, um enfoque no fato de não existir um caminho pronto e perfeito a ser percorrido. É preciso que se perceba que o ponto de reestruturação se encontra no estudo, na dedicação, na pesquisa, ou seja, num trabalho que seja continuado dentro e fora da sala de aula para mostrar e valorizar nossa diversidade linguística e, sobretudo, cultural, para se perceber que não há um falar superior ao outro, mas sim, situações de uso e variações regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORTONI-RICARDO, S. M. Problemas de comunicação interdialetoal. *Revista Tempo Brasileiro*, v. 78/79, p. 9-32, 1984.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e linguagem*. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1995.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- FERRAREZI JR., Celso; TELES, Iara Maria. *Gramática do brasileiro*. São Paulo: Globo, 2006.
- FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. São Paulo: Ática, 1995.
- MAGALHÃES, Thereza Cochar; CEREJA, William Roberto. *Português: línguas: ensino fundamental*. 6º ano. São Paulo: Atual, 2012.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVA, Cristóforo Thais. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- TERRA, Ernani; NICOLA NETO, José de. *Português: de olho no mundo do trabalho*. São Paulo: Scipione, 2004.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.